

A saída do beco

O Congresso fechou para balanço, botando a língua de fora ao final do esforço concentrado que possibilitou a aprovação do orçamento do ano que vem pelo voto de liderança.



Véspera de Natal, o clima festivo de final de ano, com o sol dando o ar de sua graça e enchendo as praias invadidas pelos turistas que deram a volta por cima da crise, envolve a tudo e todos no mormaço da preguiça, enlanguescendo a severidade do impulso crítico e induzindo ao esquecimento e à desculpa. É tempo de indulgência.

Por ora, talvez valha ressaltar que o recesso do Congresso, assinando o fim da legislatura, inaugura oficialmente o período de férias do governo. Talvez seja demais classificar como férias a longa trégua que se escancara à frente do presidente Collor de Mello e de sua castigada equipe econômica.

Desde a posse, no sufoco de nove meses e quatro dias contados de exercício do mandato, este é o primeiro feriado governamental. Lá é verdade que Collor provocou a excitação nacional e desencadeou o seriado alucinante de surpresas que vêm estonteando o distinto público. Começou botando para quebrar com o estardalhaço das reformas, muito mais inspiradas no objetivo de largo retorno publicitário de implodir distorções cultivadas ao longo de décadas do que corrigir erros preservando estruturas carunchosas. Deu certo, por algum tempo.

O lado amargo chegaria na virada da expectativa, plantada pelo próprio presidente, do êxito instantâneo, com a inflação abatida por único tiro certo no meio da testa.

Para permanecer na atmosfera da temporada, conceda-se que o presidente Collor está na berlinda, dividindo opiniões, contestado por muitos dos 35 milhões que nele votaram e beneficiado pelas dúvidas dos que não esgotaram o estoque da esperança.

Ora, as circunstâncias convidam à reflexão isenta de passionalismo e que busque enxergar, por entre as brumas do pessimismo, um pouco além do hoje.

Nos próximos dois a três meses, até fins de fevereiro, começos de março, o presidente Collor saboreará a clássica distensão da passagem do ano. O Congresso que o hostilizava, no morde e sopra da desarticulação partidária e do colapso das lideranças, dissolveu-se. O outro, renovado pelo voto, é o mesmo ou quase. Até que fique claro que não mudou, folgam as costas no alívio do recesso.

Ocorre que o presidente não terá vagares para aproveitar o descanso. Na verdade, Collor está colocado diante de desafio, com data certa para apresentar dados inequívocos do acerto do plano econômico.

Reconheça-se que, na sua obstinação teimosa e determinada, apostou todas as fichas na derrubada da inflação e, portanto, queimou alter-

nativas de desculpas para tentar de novo.

É agora ou nunca. Não há meio termo fora das gradações que intercalam o sucesso estrondoso do desastre sem remédio. Quando o novo Congresso instalar-se, em fevereiro, abrindo a estação política, depois de completado o cenário com a posse dos governadores, o presidente terá que assomar a tribuna e começar seu discurso falando grosso para celebrar a vitória ou desafinando na cantilena das explicações. Sempre há maneiras de apelar para a prestigitação, embaralhando índices, lançando a culpa nos outros.

Não adiantará muito: em dois, três meses, com recessão agravada e desemprego, Collor necessitará escorar-se em dados que demonstrem que a inflação está em queda. Despendendo de fato e não planando na estagnação que fustiga a controvérsia e não impõe conclusão inequívoca.

Bem, e aí? A convicção de que o governo está acertando, mesmo quebrando louça e varrendo o lixo para debaixo do tapete, dobrará o fôlego de Collor, retocando a imagem amarrotada e restabelecendo condições políticas para negociar com o Congresso e montar esquemas para o futuro.

Mas, e o outro lado? O do insucesso? O panorama que se descortina do final da ponte é de provocar vertigens. Nem é preciso cutucar a imaginação. As coisas são claras. Collor estará concluindo o primeiro dos cinco anos de mandato. Portanto, com mais quatro anos durante os quais seria literalmente insubstituível. Salvo, claro, a hipótese arrepiante de uma recaída no arbitrio.

A transparente constatação é a de que estamos com as instituições em pandarecos, com as estruturas do regime rachadas por graves vícios e deficiências. A começar pelo Congresso, renovado pela minoria do eleitorado, penando a desqualificação das legendas e a fragilidade das lideranças. Um Congresso sem as condições mínimas de assumir o comando da crise e articular a fórmula de composição.

Sempre que se especula com a possibilidade do drama institucional aponta-se o parlamentarismo com remendo para a emergência. Pois no caso, nem isso. Parlamentarismo a sério, tem seu roteiro traçado e precisa passar pela aprovação popular no plebiscito convocado pela Constituição para 7 de setembro de 93. Antecipar a consulta para acudir a uma necessidade até que não é impossível. Nunca suprimi-la pelo golpe branco de aprovação da mudança da forma de governo através de emenda constitucional embrulhada em consenso de circunstância.

Mas, como suportar quatro anos de governo sob frouxo comando de presidente contestado, desestabilizado, rejeitado pelo insucesso do seu compromisso prioritário?

A singularidade de presidente eleito sem partido, desligado do Congresso, oscilando no balanço de apoios que se desfazem como fumaça, tem dessas coisas. Collor hoje promete o acerto ou o precipício do imprevisível.